

FONTES PARLAMENTARES BRASILEIRAS E OS ESTUDOS HISTÓRICOS

Amado Luiz Cerro
Universidade de Brasília

O Congresso Nacional, em Brasília, dispõe de um dos maiores acervos documentais para o estudo da história brasileira. Entretanto, poucos têm uma idéia precisa do volume e da natureza daquela documentação, bem como de sua possível contribuição para o conhecimento histórico. É meu intento, pois, descrevê-la aos interessados por esse campo de estudo e fornecer indicações, a título de exemplo, sobre uma das modalidades de exploração, modalidade essa que corresponde a meu projeto pessoal de pesquisa: o papel do Parlamento diante das relações exteriores.

Os Arquivos do Congresso

Posta de lado a atuação da Assembléia Constituinte de 1823, o Parlamento brasileiro, como era chamado no Império, ou o Congresso Nacional, na República, representa em continuidade um dos mais longos que a História conhece: de 1826 a nossos dias, com apenas uma interrupção significativa na época de Vargas, de 1937 a 1945, temos um século e meio de vida parlamentar no Brasil.

O volume de documentos gerados no seio do processo legislativo ou atraídos de fora para instruir o estudo e o debate parlamentares constitui um acervo inigualável para o estudo da história global do país. Os *Anais* do Senado e da Câmara dos Deputados, com sua publicação em dia, totalizando cerca de 2.000 volumes, a parte mais significativa deste acervo, representam, no dizer de José Honório Rodrigues, "um arquivo contemporâneo único na amplitude e profundidade."¹ Indispensáveis para o estudo da construção nacional e do pensamento político brasileiro, os *Anais* extrapolam, porém, o interesse interno, abrindo-se aos historiadores de todas as questões internacionais nas quais esteve envolvido o país.

Entretanto, até o presente, a historiografia não tem explorado a riqueza desse acervo documental, pois a ele recorreu quase só nas épocas de crises, nos estados de exceção, de guerras civis ou de atritos com o exterior, limitando-se, em outras circunstâncias, ou até mesmo nessas, a repisar trechos de pronunciamentos políticos já citados. Em quase

todos os domínios da história interna e externa, os arquivos do poder legislativo permanecem um terreno quase desconhecido, a espera de quem lá penetre no intuito de esclarecer, sob nova luz, os problemas de nossa história.

O acervo documental do Congresso Nacional compreende três partes distintas: os *Anais*, que correspondem ao arquivo publicado, elaborado com base nas atas das sessões, a exemplo do que se fez em outros países como a Inglaterra ou os Estados Unidos; o arquivo do Senado Federal; o arquivo da Câmara dos Deputados. Os arquivos estão hoje localizados em Brasília, nas dependências do Congresso Nacional; são administrativamente desvinculados um do outro e compreendem duas seções: o arquivo corrente e o arquivo histórico.

O arquivo da Câmara dos Deputados é mais rico e valioso do que o do Senado. Foi criado em 1823, embora disponha de documentos anteriores àquela data. Reúne três grandes categorias de fontes, classificadas aqui em função da origem do documento:

Documentos particulares / Originários de indivíduos, grupos, organizações diversas, instituições, entidades, empresas, etc., e destinados a exercer influência sobre as decisões legislativas. Os documentos apresentam-se sob a forma de petições, “requerimentos,” representações, relatórios, memórias, individuais ou coletivos. Essa categoria representa uma massa muito importante, sobretudo no Império, quase virgem ainda, embora de valor complementar transcendente para o estudo das pressões sociais sobre o sistema de decisões.

Documentos do governo / Compreendem documentos do executivo, provinciais, da justiça e eclesiásticos. Dentre os primeiros, destacam-se os relatórios ministeriais, remetidos à Câmara desde 1829, incluindo tabelas, mapas, ofícios e outros textos informativos. Os relatórios tinham duas finalidades: por um lado, apresentavam-se como uma satisfação de sua obra prestada pelo governo aos representantes da nação; por outro, destinavam-se a instruir o debate técnico e político por ocasião da votação do orçamento geral e ministeriais e da fixação das forças terrestres e navais. O executivo remetia igualmente à Câmara, através do respectivo órgão público, farto material informativo, em resposta aos “requerimentos de informação” dos deputados (“indicações” no Império). Estes papéis contêm dados estatísticos para o estudo da receita e despesa públicas, produção, comércio, além de cópias de documentos originais, especialmente da correspondência diplomática, quando o pedido de informações dizia respeito a uma questão de política externa. Convém salientar que estes documentos não vêm transcritos nos *Anais*, mas apenas referidos aí por ocasião dos debates, devendo pois ser consultados no próprio arquivo.

O arquivo da Câmara conta ainda com os originais das falas do trono² e das mensagens presidenciais³ que abriam e encerravam as sessões legislativas, os originais das constituições e as propostas que ensejavam projetos de lei de iniciativa do governo. As províncias remetiam ao Parlamento documentos em resposta a pedidos de informações, sempre através do respectivo ministério. Ainda chegavam, das províncias, as atas das eleições, sobre as quais eram expedidos os diplomas dos deputados. Do poder judiciário, o arquivo conserva as pastas constituídas a partir de consultas.

Documentos do legislativo / Essencialmente aqueles produzidos em função da construção legislativa: proposições, que dão origem aos projetos de lei, com seus originais em todas as fases de tramitação; projetos de resolução, decretos sancionados, indicações, requerimentos, pareceres das comissões especializadas da Câmara, emendas, declarações de voto, etc. Além desses documentos, outros existem, gerados no legislativo, mas referentes à vida da Assembléia, tais como as falas de deputação, dirigidas ao imperador, memórias de deputados, correspondência referente à função parlamentar, livros de registro de projetos, atas das sessões das comissões parlamentares, ofícios expedidos, livro da porta (espécie de protocolo). O arquivo do Senado contém uma documentação muito similar a esta que foi descrita, embora em volume significativamente inferior.

Para poder pesquisar no arquivo da Câmara, o interessado deve dirigir por carta um pedido de autorização ao diretor do Centro de Documentação e Informação; sendo estrangeiro, seu pedido deve ser endereçado ao Primeiro Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados. A autorização para pesquisar no arquivo do Senado é sempre concedida pelo Primeiro Secretário do Senado. Trata-se, obviamente, de um deputado, no primeiro caso, e de um senador, no segundo.

Uma vez dentro dos arquivos parlamentares, o pesquisador conta, por um lado, com um pessoal competente e muito atencioso, com a possibilidade de obter facilmente cópias xerográficas do material solicitado, mas, por outro, terá dificuldades em proceder rapidamente ao levantamento da documentação, tendo em vista a inexistência de guias ou catálogos adequados.

O arquivo da Câmara dos Deputados dispõe de um *Inventário Preliminar*, de um volume, ordenado cronologicamente, de 1823 a 1945, sobre o qual organizou-se um fichário, com os mesmos dados. Já se deu início ao *Inventário Analítico*, de acordo com as mais modernas normas arquivísticas. A organização deste inventário descritivo, com seus respectivos fichários por autor, assunto, geográfico e onomástico, cobre apenas o ano de 1823, estando em preparo a primeira legislatura, de 1826 a 1829. A insuficiência de pessoal de apoio impede que este valioso

e insubstituível instrumento de trabalho para os historiadores prossiga em ritmo mais acelerado. O arquivo da Câmara dispõe, ainda, de um inventário analítico parcial, referente aos anos de 1937, 1936 e 1935 (primeira sessão), de catálogos de exposições já realizadas, como por exemplo sobre a escravatura, a independência, a nova capital.

Para situar a documentação existente no arquivo, o melhor caminho consiste ainda em partir das referências contidas nos *Anais*. A tarefa pode ser igualmente facilitada pelo exame da *Sinopse dos Trabalhos da Câmara*, que cobre o período de 1869–1946, embora traga informações desde 1826. Outro caminho é o do exame empírico das pastas, viável quando se procura levantar uma documentação sobre um curto período de tempo.

No arquivo do Senado, existe um fichário por assuntos, com as referências necessárias para localizar as pastas e identificar os documentos nelas contidos. Visto que o volume do depósito deste arquivo é bem inferior ao da Câmara, o fichário tem uma utilidade prática mais adequada a sua função. Para os anos recentes, o computador do Senado localiza rapidamente a documentação desejada, quando o pesquisador dispõe de referências numéricas sobre os assuntos que investiga.

Coleções Recentes

Os estudiosos da história parlamentar não podem desconhecer os programas de pesquisa e de publicações levados a efeito ou ainda em andamento. José Honório Rodrigues fez uma resenha da historiografia e bibliografia parlamentares até 1972.⁴ Cumpre-nos, pois, apenas complementar aquelas informações. O programa editorial do Senado, de iniciativa de seu presidente, na época o senador Petrônio Portela, lançou, até janeiro de 1979, término de seu exercício, aproximadamente 160 volumes de pesquisas e documentos históricos. Trata-se do maior programa que uma instituição pública já promoveu no Brasil, em curto tempo. Os projetos envolveram cerca de 150 pessoas, entre pesquisadores, professores e alunos das Universidades de São Paulo e de Brasília. Eis as publicações recentes do Senado:

Anais do Senado do Império do Brasil (1835, 1836, 1838 e 1840 a 1857) | Com esta publicação (65 volumes), foram atualizados os *Anais* das duas casas, porquanto somente aqueles 21 anos de funcionamento do Senado permaneceram virtualmente inéditos.

O Parlamento e a Evolução Nacional | Coletânea de textos parlamentares, extraídos dos *Anais*, relativos ao período 1826–1889. Foram publicadas a primeira (8 volumes) e a terceira séries (6 volumes), estando a segunda no prelo.⁵

Atas do Conselho de Estado / Reunidas, em 13 volumes, as atas dos três Conselhos de Estado: o primeiro, denominado Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias (1822–23); o segundo (1823–34) e o terceiro (1842–89). Trata-se unicamente das atas do Conselho de Estado pleno.⁶ Em volume de 417 páginas, não incluído na coleção, José Honório Rodrigues elaborou uma introdução histórica ao Conselho de Estado, analisando seus vínculos com os poderes legislativo, executivo e moderador.⁷ O Conselho exerceu papel preponderante no exame dos negócios que sugeriam medidas legislativas a serem propostas pelo governo à Assembléia ou decisões a nível de política interna e externa.

Índices Onomástico e Temático dos Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara e Senado)–1826–1889 / Com seus 2.000 volumes, os *Anais* da Câmara e do Senado, agora com sua publicação em dia, desde 1826 até data recente, formam, por sua extensão, volume e continuidade, o maior de todos os repositórios documentais da vida pública brasileira. É lícito, pois, compará-los com o que representam para a História os *British Parliamentary Papers* da Grã-Bretanha ou os *Congressional Records* dos Estados Unidos. As duas outras grandes coleções de estudos e documentos brasileiros, a *Brasiliana* (mais de 400 volumes) e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (mais de 300 volumes, desde 1838), embora apresentem interesse um pouco diverso, em razão de sua natureza, ficam entretanto longe dos *Anais*.

Os *anais* brasileiros não contavam, porém, com guias, índices ou catálogos para sua utilização, de sorte que o estudioso via-se na ingrata contingência de folheá-los, página por página, quando necessitasse encontrar aí os textos de seu interesse. O ambicioso projeto de indexação temática e onomástica que o Senado incluiu, em 1977, em seu programa editorial, abrangendo numa primeira fase os *Anais* do Império, viria preencher aquela lacuna instrumental. Em janeiro de 1979 veio a público o primeiro resultado: a indexação onomástica e cronológica dos *Anais* da Câmara (15 volumes) e do Senado (9 volumes).⁸ A indexação temática será estabelecida a partir do banco de dados já disponível.

O trabalho foi elaborado por professores e alunos das Universidades de São Paulo e de Brasília, sob orientação da professora Antônia F. Pacca de Almeida Wright. Constituiu-se um banco de dados que foi processado e transposto para uma fita magnética pelo PRODASEN (Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal), a partir da qual se procedeu à composição gráfica dos índices, pelo sistema “offset.” Paralelamente, e no intuito de complementar a tarefa de indexação, o Senado empreendeu a microfilmagem dos *Anais*, como também da grande coleção *Documentos Parlamentares*:⁹ pode-se hoje obter cópias do acervo dessas coleções, pessoalmente ou por correspondência, mediante a indenização das despesas relativas ao custo de reprodução.

Através dos índices já publicados, foi sistematizada a produção parlamentar de cada um dos integrantes da Câmara e do Senado de 1826 a 1889. O Parlamento brasileiro tornou-se, assim, o primeiro no mundo a dispor de sua atividade indexada e de forma cumulativa, mediante programas processados em computador, referente ao século XIX. O índice onomástico da Câmara contém 590.000 registros, entre discursos, apartes, pareceres, emendas, votações, projetos, requerimentos, etc., englobando a atuação de 1800 deputados e ministros. A primeira parte (7 primeiros volumes) apresenta a lista nominal, por ordem alfabética, de todos os parlamentares, e, para cada um, o registro de toda sua atuação, com as seguintes referências: ano, volume, sessão, página e natureza da intervenção. A segunda parte (8 últimos volumes) traz os mesmos dados, porém em ordem cronológica, com os registros feitos, página por página, sobre os *Anais*. O índice onomástico do Senado, com seus 201.767 registros, está organizado da mesma forma.

Coleção Bernardo Pereira de Vasconcellos / Esta coleção, também incluída no programa editorial do Senado, teve por finalidade a reedição de textos antigos e a edição de estudos recentes, especialmente de teses acadêmicas. Foi organizada em função de três interesses: estudos jurídicos, estudos políticos e estudos históricos. Até meados de 1979, foram lançados vinte títulos.¹⁰

O atual programa editorial da Câmara dos Deputados, na parte que interessa aos estudos históricos, é mais modesto que o do Senado, embora também represente uma contribuição significativa. Inclui três grandes coleções: *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (9 volumes), *Consultas* da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, em fase de publicação, em vários volumes, e a série *Perfis Parlamentares*. Esta última reúne a maior parte dos discursos proferidos por vinte e um dentre os mais eminentes parlamentares que passaram por aquela casa legislativa, no Império e na República.¹¹ Total para a Câmara dos Deputados: aproximadamente 40 volumes de documentos históricos publicados.

O Parlamento e as Relações Exteriores

A exploração da documentação parlamentar contribui para o esclarecimento das relações exteriores de um país como o Brasil, cuja história é marcada pela atuação intensa das Assembléias. Longe estamos hoje de considerar a política externa como efeito da ação quase exclusiva do executivo, da forma que sugere a letra das constituições adotadas nos dois últimos séculos nos países de tradição democrática do Ocidente. O próprio termo "política externa," denunciando aquela ação preeminente do Estado, vem cedendo lugar, pelo menos na Historiografia, ao de

“relações exteriores,” que envolve uma concepção mais ampla do intercâmbio entre os povos, onde a presença do Estado permanece relevante, sem dúvida, mas onde o estudo se abre a uma categoria diversificada de forças profundas que orientam o curso daquelas relações, atuando à margem da estrita vontade pública. É nesse sentido que devemos colocar o problema epistemológico: qual o papel que representa a atuação parlamentar no sistema de intercâmbio entre os povos? De que forma, por que vias e com que intensidade as Assembléias interferem no processo, além de exercer aquelas parcas atribuições consignadas nas constituições, como a aprovação dos tratados que envolvam cessão ou troca de territórios, estabelecem subsídios do tesouro ou alteram as tarifas alfandegárias?

A obra da construção legislativa penetra diretamente o campo das relações exteriores, em diversos setores. O controle, por exemplo, das correntes migratórias, das tarifas alfandegárias e indiretamente do comércio externo, das correntes financeiras, da penetração empresarial, se fez, no passado, em grande parte, pelas próprias Assembléias. O estudo desse aspecto da atuação parlamentar é particularmente importante num setor das relações exteriores, no século XX; o do controle político, através de meios diversos, das relações econômicas.

Abstraindo, porém, desse instrumento de influência, regulamentação e controle das relações exteriores, a lei, a análise do debate parlamentar chama a atenção do estudioso sobre outro aspecto da questão: o papel da opinião pública sobre o sistema de decisões. O parlamento brasileiro, como ocorreu com o inglês ou o americano, reuniu homens de todos os matizes, desde os espíritos medíocres até os mais vigorosos, numa amostragem, aliás, do que era a própria sociedade. De qualquer forma, predominaram ali as elites intelectuais e de sua atuação pode-se recolher, sem dúvida, o reflexo mais direto da opinião pública, a do setor esclarecido, é claro, e no nível mais elaborado de sua manifestação, ou seja, a do pensamento político. O pensamento político de um povo deve ser procurado nos escritos de seus teóricos e no debate de suas assembléias. No Brasil, sobretudo aqui.

O Parlamento pode assim desempenhar um papel eminente nas relações exteriores, o papel reservado às forças políticas. Nesse sentido, freqüentemente, não existe uma adequação imediata entre os dois planos: o da realidade e o das idéias. Estas devem primeiro surgir, consolidar-se, transformar-se numa corrente, para poderem exercer a sua força, como que por efeito retardado. O estudo do debate parlamentar brasileiro, no século XIX, parece indicar uma outra dimensão desta mesma dualidade: os representantes da nação, bem ou mal, constituíram o melhor foro de debate dos problemas nacionais, internos e externos, e sua maneira de ver está mais próxima do povo de onde vieram. Daí sua capacidade de julgar melhor que um ou poucos os verdadeiros interesses

da nação. Mesmo que representassem interesses de grupos ou classes sociais, ainda assim estiveram mais bem situados para adequar seu juízo, no global, às expectativas do povo. Formam-se, pois, no Parlamento, por efeito da reflexão e da crítica, verdadeiras correntes do pensamento, cuja força corrigiu por vezes distorções da política externa brasileira no século XIX e nossa história só tem a lamentar que a influência exercida não tenha sido maior. A pesquisa histórica sobre o Parlamento e as questões externas fornecerá elementos, quero crer, para uma apologia da atuação parlamentar, ao contrário do que insinuam certos historiadores, ou, ao inverso, para um requisitório contra o absolutismo crescente do executivo.

Foi no Parlamento, por exemplo, que amadureceu, aos poucos, uma vigorosa corrente de opinião política, que chamaria de “corrente anti-tratados,” nascida da reflexão sobre os efeitos maléficos para o Brasil dos tratados impostos pela Inglaterra e outras potências, na época da independência e logo após, todos da responsabilidade do governo. Esta corrente triunfa na década de 1830 e impõe-se como regra de conduta em matéria de política externa na década seguinte.

No Parlamento também, com base na reflexão sobre a experiência vivida, desenvolve-se a concepção tão trivial mas tão importante, característica do pensamento brasileiro, segundo a qual se deve dar primazia ao direito, e não à força, nas relações internacionais. Esta idéia lá está, desenvolvida no sofrimento, como um apelo quase desesperado dos fracos, diante da prepotência inglesa e francesa dos meados do século XIX. Terá tido algum efeito prático? De qualquer forma, localizar sua origem, acompanhar seus desdobramentos, descrever o florilégio da argumentação que a reveste compensam por si só o esforço da pesquisa.

A exploração da documentação parlamentar, para o estudo da história das relações exteriores do Brasil, parece orientar o historiador para o pensamento político, como interesse fundamental. Duas dimensões são perceptíveis: a formação de correntes de idéias que representam diretrizes de política externa, como, por exemplo, liberalismo e protecionismo, intevencionismo e não intevencionismo, neutralidade, política de alianças, política da força, política do direito internacional, de amizade, boa vizinhança; por outro lado, a tomada de posição, com base nas correntes dominantes do pensamento político, diante dos fatos concretos, como, no século XIX, a posição parlamentar diante dos tratados de comércio, do próprio comércio externo, da intervenção inglesa na repressão ao tráfico, da guerra e da paz, da imigração, da instalação de empresas estrangeiras, das questões de limites, da navegação, das relações bilaterais, etc. Uma dimensão genérica, abrangente, de longo prazo, e outra analítica, mais complexa, do tempo curto.

As fontes para tal estudo são os *Anais*, complementados com os documentos dos dois arquivos, que não tenham sido incluídos na publi-

cação. Em minhas pesquisas, o primeiro passo foi a seleção dos textos e sua reprodução para análise. O levantamento dos textos nos *Anais* foi feito durante meses, com auxílio de uma equipe de dez alunos meus. Não se lhes recomendou privilegiar nenhum aspecto das relações exteriores na seleção dos textos, mas, ao contrário, recolher em princípio todos os documentos importantes, independentemente da questão em si. A amostragem teria que resultar objetiva e representativa daquilo que os parlamentares consideraram de interesse em suas reflexões.

Procedeu-se a um registro dos textos, que permite definir os pontos de interesse do debate parlamentar diante das questões externas. O período abrangido pela pesquisa estende-se de 1826 a 1964. Foram recolhidos, somente dos *Anais*, 1425 documentos, a maioria discursos, entendendo-se aqui por documento uma peça isolada ou uma série de textos contínuos, de autores diversos. Total aproximado de 6.000 páginas.

O Império (1826–1889) conta com 557 documentos, dos quais 43,5% referentes às relações bilaterais, computando-se entre eles os 17,7% correspondentes às relações com as repúblicas do Prata. A segunda parte em volume (23,8%) constitui uma categoria de documentos classificados de “gerais,” por se referirem de forma abrangente aos problemas externos do momento ou por conterem um pensamento doutrinal elevado a um grau superior de abstração. O terceiro pacote mais representativo trata das correntes migratórias (17%), incluindo tráfico de escravos, imigração livre e naturalização de estrangeiros. As relações econômicas vêm em seguida, com 12,7% do total, abrangendo o debate em torno do comércio exterior, capitais e finanças, com tudo o que diz respeito ao protecionismo e liberalismo em sua dimensão externa. Finalmente, 5,9% dos documentos se referem à diplomacia em si e a outros pormenores.

Na República, até 1964, o interesse do Congresso, de acordo com a classificação dos 868 documentos selecionados (aproximadamente 4.000 páginas), tomou as seguintes direções proporcionais: 38,4% para as relações bilaterais, em cujo debate as relações Brasil-Estados Unidos ocupam o primeiro lugar; 22,4% para os classificados de “gerais”; 21,8% para as relações econômicas; 9,1% para a diplomacia brasileira; 5,6% para a imigração; o insignificante 1,7% para o problema da segurança.

Somente a análise da documentação permitirá definir com mais precisão este quadro. Ao estudo do papel do Parlamento brasileiro diante das relações exteriores pretendo dedicar dois volumes de aproximadamente 300 páginas cada um, correspondendo às duas fases da história política do país, ou seja, império e república. O estágio em que se encontra a pesquisa permite desde já vislumbrar o relevante papel desempenhado pelo Parlamento nesse terreno, seja como força política, reflexo das correntes do pensamento nacional, seja como agente

de controle direto. Até o presente, a historiografia não tem focalizado o tema numa visão abrangente e de longo prazo, como essa que estamos imprimindo à pesquisa. O interesse nesse campo ficou restrito a questões particulares, geralmente litígios que despertavam os bríos nacionais dos parlamentares, quando não do próprio estudioso da questão. Estudos similares a este, de longo prazo, como também estudos monográficos, de tempo curto, podem ser empreendidos a partir das fontes parlamentares. E, finalmente, poucos estudos históricos sobre o Brasil dos séculos XIX e XX estarão completos se os autores não tiverem incluído Brasília no seu itinerário de pesquisa. Os arquivos parlamentares brasileiros contam entre os mais ricos do mundo e ainda representam um desafio aos historiadores.

NOTAS

1. José Honório Rodrigues, *O Parlamento e a Evolução Nacional; Introdução Histórica* (Brasília: Senado Federal, 1972), v. 1., p. 3.
2. Publicadas novamente em 1977: *Falas do trono; desde o ano de 1823 até o ano de 1889* (Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977).
3. Estão sendo reimpressas as mensagens, de 1891 a 1926, já publicadas na série “*Documentos Parlamentares*,” e publicadas as mensagens seguintes, até 1978: *Mensagens Presidenciais* (Brasília: Câmara dos Deputados, 1978).
4. Rodrigues, *O Parlamento*, pp. 183–86.
5. *O Parlamento e a Evolução Nacional, 1826–1840* (Brasília: Senado Federal, 1972), 8v. *O Parlamento e a Evolução Nacional, 1871–1889* (3ª.série) (Brasília: Senado Federal, 1979), 6v.
6. *Atas do Conselho de Estado* (Brasília: Senado Federal, 1978), 13v. Observação: os volumes 1 e 2 foram editados em 1973. O volume 13 contém o índice onomástico e de assuntos.
7. José Honório Rodrigues, *O Conselho de Estado; o quinto poder?* (Brasília: Senado Federal, 1978).
8. *Índice Onomástico dos Anais da Câmara dos Deputados (1826–1889)* (Brasília: Senado Federal, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978), 15v. *Índice Onomástico dos Anais do Senado (1826–1889)* (Brasília: Senado Federal, Ed. da Universidade de Brasília, 1979), 9v.
9. *Documentos Parlamentares, 1912–1917*, 120v.
10. As obras estão disponíveis na Ed. da Universidade de Brasília, que as publicou, em convênio com o Senado.
11. Até o presente, foram lançados 4 volumes dos *Autos*, 2 volumes das *Consultas* e 11 volumes dos *Perfis*, todos editados pela própria Câmara dos Deputados. A série *Perfis Parlamentares* reúne os discursos dos seguintes deputados: Império: Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), Bernardo Pereira de Vasconcelos, Gaspar Silveira Martins, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Joaquim Nunes Machado, José Antônio Saraiva (Conselheiro Saraiva), José Bonifácio de Andrada e Silva (O Moço), José Martiniano de Alencar, Têofilo Benedito Ottoni, Zacarias de Góis e Vasconcelos. República: Carlos Peixoto de Melo Filho, Eptácio da Silva Pessoa, Francisco Clementino Santiago Dantas, Francisco Luis da Silva Campos, Gilberto Amado, João Neves da Fontoura, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Otávio Mangabeira, Raul Pilla.